



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

EDITAL DE LICITAÇÃO – LEI Nº 14.133/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026-SRP

PREÂMBULO DO EDITAL	
I. REGÊNCIA LEGAL Lei n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.2	
II. ENTIDADE PROMOTORA/ÓRGÃO INTERESSADO/ SETOR FISCALIZADOR/CONTROLE SOCIAL Secretaria Municipal de Saúde	
III. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM Pregão Eletrônico Nº 021/2026-SRP ENDEREÇO ELETRÔNICO https://bllcompras.com	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 586/2026 (DE 19/05/2026)
V. MODO DE DISPUTA: () Aberto (x) Aberto e fechado () Fechado e Aberto	
VI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO Menor Preço Global Por Lote	
VII. TIPO DE LICITAÇÃO Menor Preço Global Por LOTE	VIII. FORMA DE EXECUÇÃO PARCELADA
IX. OBJETO Constitui-se objeto desta licitação: Seleção de propostas destinadas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos, destinados às Unidades de Saúde do Município de Jaguaripe, Bahia. A iniciativa visa garantir que as 8 (oito) Unidades de Saúde da Família, e as 5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde e Academias de Saúde, a Base Decentralizada do SAMU 192 e Base dos Condutores de Ambulância, disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade à população, de acordo com as quantidades e especificações técnicas anexadas ao Termo de Referência, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.	
X. DATAS LIMITES PARA O ENVIO DE PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS DATA: 25/08/2026 HORÁRIO: 17h00min (Horário de Brasília/DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bllcompras.com Local para Pesquisa do Edital e Anexos: http://pmJaguaripee.transparenciaoficialba.com.br/diariooficial (Acesso à Informação) https://pncp.gov.br PARA O LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS DATA: 09/09/2026, HORÁRIO: 09h30min PARA O INÍCIO DA DISPUTA Data 09/09/2026, Horário: 10h00min	
XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A despesa decorrente desta Licitação será atendida com recursos do Município de Jaguaripe, consignadas nas Dotações informadas por oportunidade da Contratação.	
XII. LOCAL DA EXECUÇÃO Os serviços deverá ser realizado no Endereço indicado na Autorização de serviço, conforme consta especificado no Edital e Anexos.	
XIII. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 12 (doze) meses	XIV. PRAZO DE ENTREGA Prazo de 7 (sete) dias para entregar o material, após assinatura do contrato e recebimento da ordem de fornecimento.
XV - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL As informações e esclarecimentos do objeto desta licitação serão prestados pela Agente de contratações e sua equipe de apoio, diariamente, das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no Setor de Licitações, Praça Histórica, 01 - Sede, Prédio da Prefeitura Municipal de Jaguaripe, Bahia, pelo e-mail: licitacao@jaguaripe.ba.gov.br ou pelo telfax (075) 3642-2112 / 2114/ 2158.	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Marivaldo Ramos dos Santos ATO DE NOMEAÇÃO: Portaria nº 060 de 06 de abril de 2026	



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

EDITAL DE LICITAÇÃO – LEI Nº 14.133/2021
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2026-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 586/2026

PREÂMBULO

O Município de Jaguaripe-Bahia, torna público para conhecimento dos **interessados** que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Lote, Modo de Disputa Aberto e Fechado**, nos termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/06 e demais legislação aplicável. Agente de Contratação designada para a condução do certame: Marivaldo Ramos dos Santos Portaria nº 060 de 06 de abril de 2026.

SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a Seleção de propostas destinadas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos, destinados às Unidades de Saúde do Município de Jaguaripe, Bahia. A iniciativa visa garantir que as 8 (oito) Unidades de Saúde da Família, e as 5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde e Academias de Saúde, a Base Decentralizada do SAMU 192 e Base dos Condutores de Ambulância, disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade à população, de acordo com as quantidades e especificações técnicas anexadas ao Termo de Referência, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no <https://bllcompras.com> e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Para a licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

SEÇÃO III – DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA ADESÃO À ATA

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

3.2 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21.

3.1.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.1.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.1.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.1.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.1.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.1.7. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados que estiverem previamente credenciados no por meio do sítio <https://bllcompras.com>
- 4.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".
- 4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 4.4. Serão reservadas vagas para usuários de programas sociais do governo.
- 4.5. Não poderão participar deste Pregão:
- 4.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.5.2. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 4.5.3. Pessoas Físicas, em razão do impacto da contratação nos limites de despesas com pessoal, previstos na Lei Complementar nº. 101/00;
- 4.5.4. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- 4.5.5. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Vereadores (cfr. art. 54, II da Constituição e art. 61, inciso I, alínea a Lei Orgânica Municipal);
- 4.5.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
- 4.5.7. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.5.8. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.5.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.5.10. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.5.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.5.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.5.13. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.5.14. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.5.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.5.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6. O impedimento de que trata o item 4.5.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.7 e 4.5.8 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

- 4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.9. O disposto nos itens 4.5.7 e 4.5.8 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.11. A vedação de que trata o item 4.5.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.12. Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.
- 4.13. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

SEÇÃO V – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 5.1. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 5.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
- 5.3. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- 5.4. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.
- 5.5. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.7. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada à pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.
- 5.8. As MEs e EPP só se beneficiarão dos privilégios da LC 123 se a soma dos contratos eventualmente firmados com a Administração Pública no ano-calendário da licitação não ultrapassar o valor máximo de enquadramento da empresa de pequeno porte.
- 5.9. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.
- 5.10. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.
- 5.11. A falsidade da declaração de que trata o item 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

SEÇÃO VI – DA HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

- 6.1. Habilitação Jurídica;
- 6.2. Qualificação econômico-financeira;
- 6.3. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 6.4. Qualificação técnica e
- 6.5. Documentação complementar.
- 6.6. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:
 - 6.6.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 6.6.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 6.6.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 6.6.4. Em caso de cooperativas:
 - a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
 - b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
 - c) Ata de Fundação;
 - d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
 - f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
 - g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 6.7. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:
 - 6.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
 - 6.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **dois últimos exercícios** social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 6.7.3. Os documentos referidos no item 6.7.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 6.7.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - 6.7.5. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
 - 6.7.5.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
 - 6.7.5.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.
 - 6.7.6. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1 SG= Solvência Geral – superior a 1 LC= Liquidez Corrente – superior a 1
Sendo,
Onde:

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$ $SG = AT / (PC + PNC)$
 $LC = AC / PC$

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo PC= Passivo Circulante



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

PNC= Passivo não Circulante AT= Ativo Total

6.1.1. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor cumulativo de todos os contratos/ ata de registro de preços a serem celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

6.1.2. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

OBS: O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.2. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

6.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.2.2. Prova de regularidade perante:

6.2.3. A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;

6.2.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e

6.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e com a Previdência Social, em conformidade com os termos do Decreto Federal n.º 8.302/2014;

6.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

6.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

6.3. Quando o contrato/ata de registro de preços for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

6.4. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

6.5. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

6.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

6.7. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

6.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato ou ata de registro de preços, ou revogar a licitação.

6.9. Documentos relativos à **Qualificação Técnica**:



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

6.9.1 Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de 01(um) ou mais atestados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Obs: por se tratar de certame para registro de preço, onde as aquisições dos itens não ocorrerão de uma única vez em sua totalidade, mas sim por meio de formalização de contratos diversos, de maneira parcelada e em quantidades variadas, serão aceitos atestados de qualquer quantitativo.

6.10. Documentação complementar:

6.10.1. O licitante deverá declarar:

6.10.2. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.10.3. que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

6.10.4. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.10.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

6.10.6. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.10.7. O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital.

6.11. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista no item 6.16, deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

6.17. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

6.20. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

6.21. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

6.21.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

6.21.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

6.21.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.21.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado do Município de Jaguaripe, lotado na Secretaria Municipal de Administração, designado para a Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio.

6.22. Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

SEÇÃO VII – DO CREDENCIAMENTO

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão se credenciar, previamente, perante o sistema eletrônico provido por meio do sítio <https://bllcompras.com>

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (<https://bllcompras.com>), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

7.2.1. Os interessados em se credenciar poderão obter maiores informações na página <https://bllcompras.com>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail licitacao@jaguaripe.ba.gov.br

7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Jaguaripe responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento junto ao <https://bllcompras.com> implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.6. O Pregão será conduzido pelo Município de Jaguaripe com apoio técnico e operacional do <https://bllcompras.com>, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

SEÇÃO VIII – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar, **por meio do sistema**, o ato convocatório do pregão.

8.2. Caberá à pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

8.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à pregoeiro, **por meio do sistema**, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

8.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

SEÇÃO IX – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://bllcompras.com> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

9.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

9.3.2. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

9.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

9.7.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.7.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.7.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços com os documentos de habilitação.

9.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, constantes também neste edital.

SEÇÃO X – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://bllcompras.com>

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato/ ata de registro de preços, ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

11.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

11.4. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;

11.5. O direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;

11.6. Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”;

11.7. Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;

11.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

11.9. A convocação poderá ser por meio do “chat” ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.10. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro de Fornecedores, sendo da responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

SEÇÃO XII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

SEÇÃO XIII– DA FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

13.5. Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

SEÇÃO XIV – DO MODO DE DISPUTA

14.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **aberto e fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

14.2. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

14.3. Encerrado o prazo de dez minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata este item, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

14.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos 14.2 e 14.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

14.6. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, a ordem crescente de vantajosidade.

14.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

SEÇÃO XV - DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

15.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (<https://bllcompras.com>).

15.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

15.3. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.4. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no <https://bllcompras.com> quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

SEÇÃO XVI – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS

16.1. Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

16.2. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

16.3. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

16.4. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

16.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

16.6. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

16.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16.8. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

16.9. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

16.10. Será assegurado nos termos do §3º do art 48 da LC 147/14 a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Jaguaripe, até 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

SEÇÃO XVII – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

17.2.2. empresas brasileiras;

17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

SEÇÃO XVIII - DA NEGOCIAÇÃO

18.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

- 18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 18.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 18.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 18.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 18.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 18.7. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

SEÇÃO XIX- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 19.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 19.2. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por Lote**.
- 19.3. Será desclassificada a proposta final que:
- 19.3.1. Contenha vícios ou ilegalidades;
- 19.3.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;
- 19.3.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;
- 19.3.4. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- 19.3.5. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 19.4. Não se considera inexequível a proposta quando se referir a bens e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 19.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Jaguaripe para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 19.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 19.6.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 19.6.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

edital;

19.6.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

19.6.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

19.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

19.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

19.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

19.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

19.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

19.11. 1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

19.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

19.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

19.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

19.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

19.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

19.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

19.17. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

19.18. No julgamento das propostas, apregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.19. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

19.20. A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

SEÇÃO DE	XX – DA VERIFICAÇÃO PARTICIPAÇÃO E	DAS CONDIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
---------------------	---	---

20. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

20.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

20.2. Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

20.3. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, o pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

20.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

20.5. Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

20.6. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

SEÇÃO XXI – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REFORMULADA

21. A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor deverá ser enviada por meio do sistema <https://bllcompras.com>, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do pregoeiro.

21.1. A proposta comercial deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

- b) Número do processo e do pregão;
- c) E-mail válido e telefone para contato;
- d) Dados bancários e chave PIX;
- e) Especificação de forma detalhada do objeto da presente licitação, em rigorosa conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas;

21.2. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital.

21.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

21.4. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.

SEÇÃO XXII–DOS RECURSOS

22.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10(dez) minutos. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

22.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão solicitar pelo endereço <https://bllcompras.com>

22.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

22.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

SEÇÃO XXIII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

23.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021, que poderá:
a - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; b - revogar a licitação por motivo de



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

conveniência e oportunidade;

c - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempreque presente ilegalidade insanável;

d - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

23.1.1. Sendo pronunciada a nulidade, item 23.1, alínea “c”, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

23.2. Em caso de revogação, item 23.1 linha “b”, o motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

23.3. Nos casos de ocorrência de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados. Após a adjudicação e homologação, referida nos itens anteriores, será convocado o vencedor do certame para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias úteis.

23.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (§1º, art. 90, da Lei nº. 14.133/2021).

23.3.2. .

SESSÃO XXIV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

24.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato/ ata de registro de preços, dentro do prazo de até 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2. Poderá ser acrescentada ao contrato/ ata de registro de preços a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

24.3. O prazo para a assinatura do contrato/ ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Jaguaripe.

24.4. Por ocasião da assinatura do contrato/ ata de registro de preços, verificar-se-á se a licitantes vencedoras mantêm as condições de habilitação.

24.5. Quando a licitante convocada não assinar o contrato/ ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

SEÇÃO XXV – DO REAJUSTE

25.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

25.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

25.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

25.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

SEÇÃO XXVI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

26.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

26.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

26.3. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

26.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

26.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato em observância ao previstos no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

26.6. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

26.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

26.9. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico aqueles constantes da Nota de Empenho.

26.10. Executar as entregas dos produtos conforme especificações e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais de consumo, equipamentos de medição e testes, simuladores, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução deste Termo de Referência e em sua proposta.

26.11. Fornecer o material conforme especificações.

26.12. Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte e entrega do objeto fornecido, sem ônus adicional ao Município de Jaguaripe.

26.13. Arcar com todas as despesas de coleta, transporte e devolução dos itens fornecidos nos casos de necessidade de manutenção e/ou calibração dentro do prazo de garantia.

26.14. Fornecer somente peça nova e de primeiro uso originais do fabricante, conforme o código constante na especificação.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

- 26.15. Manter durante toda execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
- 26.16. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.
- 26.17. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 26.18. Não transferir a outrem, por qualquer forma nem parcialmente as obrigações.
- 26.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 26.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 26.21. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 26.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 26.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 26.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 26.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 26.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 26.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 26.28. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 26.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 26.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 26.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

- 26.32. A contratada tem o prazo de fornecimento de até 07 (sete) dias, após o recebimento da ordem de fornecimento;
- 26.33. A entrega será realizada nos locais indicados na ordem de fornecimento, em pequenas quantidades, de forma fracionada.
- 26.34. A entrega deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Cordiniz nº 81 Centro, CEP: 44.480-000, Jaguaripe/BA
- 26.35. Para a perfeita execução do fornecimento, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 26.36. Todas as despesas com a entrega ocorrerão por conta da contratada.
- 26.37. Fornecer os materiais de acordo com a especificação constante neste termo.
- 26.38. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2(dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

SEÇÃO XXVII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 27.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 27.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 27.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 27.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 27.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 27.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 27.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 27.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 27.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 27.9.1. A Administração terá o prazo de 03 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 27.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 27.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 27.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 27.13. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- 27.14. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

- 27.15. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 27.16. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 27.17. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 27.18. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

SEÇÃO XXVIII– DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 28.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 28.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 28.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 28.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 28.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 28.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 28.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

SEÇÃO XXIX - DO PAGAMENTO

- 29.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo município de Jaguaripe, em até 30 (trinta) dias, através de transferência bancária em nome da proponente ou quitação de boleto bancário, por processo legal mediante a apresentação de Nota Fiscal e certidões legais.
- 29.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 29.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 29.3. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 29.4. O pagamento será precedido de consulta da regularidade fiscal, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

29.5. Na situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

29.5.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29.5.2. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

29.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

29.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

29.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

29.8. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

29.9. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

29.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

29.11. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

29.12. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

29.13. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

SEÇÃO XXX–DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

30.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

30.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 30.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 30.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 30.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 30.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 30.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 30.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 30.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 30.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 30.1.5. fraudar a licitação
- 30.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 30.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 30.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 30.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 30.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 30.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

30.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 30.2.1. advertência;
- 30.2.2. multa;
- 30.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 30.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

30.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 30.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 30.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 30.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 30.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 30.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de () dias úteis, a contar da comunicação oficial.

30.4.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

30.4.2. Para as infrações previstas nos itens 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6, 29.1.7 e 29.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

30.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

30.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

30.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

30.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6, 29.1.7 e 30.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

30.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 29.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

30.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

30.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

30.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XXXI– DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

31.2. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

31.3. É facultada à Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

31.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

31.5. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Município de Jaguaripe.

SEÇÃO XXXII - DOS ANEXOS

32.1. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços

Anexo IV - Minuta do Contrato

Anexo V - Declaração de que não emprega menor

Anexo VI – Declaração conjunta

Anexo VII - Declaração - Tratamento Diferenciado

Anexo VIII - Declaração Vedação ao Nepotismo

Jaguaripe – BA, 24 de agosto de 2026.

Elisângela Oliveira
Agente de Contratação
Decreto n  0353/2025



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo Nº 586/2026

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGURIPE/BA.

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo Aquisição de equipamentos e **materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos**, destinados às Unidades de Saúde do Município de Jaguaripe, Bahia. A iniciativa visa garantir que as **8 (oito) Unidades de Saúde da Família**, e as **5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde e Academias de Saúde**, a **Base Decentralizada do SAMU 192** e **Base dos Condutores de Ambulância**, disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade à população.

2. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

A necessidade de modernizar e equipar as Unidades de Saúde decorre do compromisso de melhorar a qualidade do atendimento, ampliar a capacidade de atendimento e promover a saúde da população. A aquisição de equipamentos eletrônicos, mobiliário e materiais específicos para fisioterapia é essencial para atender às demandas atuais e futuras.

A presente iniciativa é fundamental para assegurar a melhoria contínua na qualidade do atendimento prestado às comunidades do município de Jaguaripe. As **8 (oito) Unidades de Saúde da Família**, as **5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde**, as **2 (Duas) Academias de Saúde**, **Casa do Cuidar Palma** e **02 anexos (Mutá e São Bernardo)** bem como a **Base Decentralizada do SAMU 192** e **2 (duas) Base dos Condutores de Ambulância**, **Unidade de Saúde do Cruzeiro**, **Unidade de Saúde Araras**, **Unidade de Saúde Calembã** e **CAPS(a inaugurar)** desempenham papel crucial na promoção da saúde e no cuidado à população local. A aquisição de equipamentos e materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos visa garantir que esses espaços estejam devidamente equipados e aptos a oferecer serviços de saúde eficientes, seguros e humanizados. Itens como mobiliário, equipamentos eletrônicos, instrumentos médicos e materiais específicos são essenciais para a realização de procedimentos, atendimentos e atividades de fisioterapia, além de contribuir para a organização e funcionalidade das unidades.

Investir nesses recursos é uma estratégia que promove a sustentabilidade do sistema de saúde municipal, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e assegurando que os profissionais de saúde tenham condições adequadas para desempenhar suas funções com qualidade.

Assim, essa aquisição representa um passo importante para fortalecer a infraestrutura de saúde do município, ampliar a capacidade de atendimento e garantir o bem-estar da população de Jaguaripe.

Justificativa por lote:

Lote 1 – Equipar postos de saúde e unidade básica de saúde para melhorar a rotina de trabalho dos servidores, proteger prontuários, insumos e documentos contra danos, umidade e desgaste. O aço possui alta durabilidade, suporta uso intenso e permite uma limpeza adequada. O aço possui alta durabilidade, suporta uso intenso e permite uma limpeza adequada, ideal para áreas de saúde;

Lote 2 - Desgaste do Mobiliário: Troca de peças quebradas, rasgadas ou instáveis devido ao uso intenso diário e ao tempo de uso nas unidades de saúde; Conforto do Público: Oferecer assentos adequados para pacientes e acompanhantes nas recepções dos postos, policlínicas e hospitais; Ergonomia dos Servidores: Garantir condições seguras e corretas de trabalho para os profissionais administrativos e de atendimento; Organização e Expansão: Padronizar os espaços de atendimento ou mobiliar novas unidades e reformas recentes na rede pública;

Lote 3 - Troca de móveis velhos: Os móveis atuais estão gastos ou quebrados pelo uso de muitos anos. Espaço adequado: O tamanho atual não é bom para o trabalho diário dos servidores. Espaço para decisões: Permitir que as equipes da saúde façam reuniões para planejar o trabalho. Organização: Alinhar ações entre os postos de saúde e a sede da secretaria;

Lote 4 - A compra de material de reabilitação baseia-se na garantia de atendimento contínuo, melhoria da qualidade



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

de vida dos pacientes e reposição ou modernização de insumos.

Lote 5 - Recuperação funcional: Restabelecer a capacidade motora e independência de pacientes pós-cirúrgicos, com lesões ou doenças crônicas.

Aumento da resolutividade: Ampliar a capacidade de atendimento nos centros de fisioterapia e programas de atendimento domiciliar.

Inclusão e mobilidade: Fornecer dispositivos de apoio (como órteses, próteses e materiais de apoio físico) que reduzem sequelas permanentes.

Requisitos Legais e de Gestão

Continuidade do serviço público: Evitar a interrupção de tratamentos essenciais na rede pública de saúde.

Atendimento à demanda reprimida: Suprir o fluxo contínuo de pacientes encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde.

Conformidade com o SUS: Cumprir diretrizes de assistência integral à saúde da população local.

Lote 6 e 8 - A compra de materiais de reabilitação em fisioterapia ortopédica baseia-se na necessidade de garantir o atendimento contínuo, seguro e de qualidade aos pacientes do SUS. Os principais pontos que fundamentam a aquisição são a recuperação funcional de pacientes, a redução de filas e o suporte adequado aos profissionais de saúde. Recuperação motora: Auxiliar no tratamento de traumas, cirurgias ortopédicas e dores crônicas. Autonomia do paciente: Devolver a mobilidade e independência para as atividades diárias, especialmente em idosos. Prevenção de agravos: Evitar que lesões temporárias se tornem incapacidades permanentes;

Lote 7 - A aquisição de balanças pediátricas e de bioimpedância justifica-se pela necessidade de estruturar as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) e qualificar o atendimento clínico na Atenção Primária e Especializada, garantindo o monitoramento do crescimento infantil e o diagnóstico preciso da composição corporal de pacientes crônicos. Acompanhamento da Puericultura: Essencial para consultas de rotina de recém-nascidos e lactentes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Segurança na Dosagem Medicamentosa: O peso exato do bebê é indispensável para o cálculo seguro de dosagens de medicamentos e vacinas. Detecção Precoce de Riscos: Permite identificar falhas no crescimento (baixa estatura ou ganho insuficiente de peso) e desnutrição na primeira infância;

Lote 9 - necessidade de estruturar, modernizar e equipar os auditórios, salas de reunião, unidades básicas e centros de atendimento. Esses itens servem para realizar reuniões de equipe, capacitações de servidores, palestras de educação em saúde para a comunidade e transmissão de informativos aos pacientes.

Lote 10 e 11- A aquisição desses bens não se trata de mero conforto, mas de condição essencial para garantir a dignidade no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores, conforme as diretrizes de humanização (HumanizaSUS) e as normas sanitárias vigentes (Anvisa).

Lote 12 – A aquisição de equipamentos de urgência e emergência (ambu/reanimador, aspirador, desfibrilador e monitor multiparâmetro) baseia-se na necessidade de garantir o atendimento integral e seguro, assegurar o reaparelhamento das salas de estabilização e substituir itens desgastados pelo uso contínuo;

Lote 13 - A compra de ar-condicionado baseia-se na necessidade de garantir o conforto térmico, a conservação de insumos e o controle sanitário; Oferecer um ambiente adequado e com temperatura agradável para pacientes, acompanhantes e profissionais durante o atendimento; Manter a integridade de fármacos, imunizantes e insumos na farmácia ou almoxarifado, evitando perdas por calor excessivo; Prevenir a proliferação de fungos e bactérias em áreas sensíveis, como postos de saúde, salas de curativo ou hospitais, seguindo normas de saúde pública;

LOTE 14 - Baseia-se na garantia da segurança sanitária, na preservação de insumos e no atendimento contínuo à população. Evitar a contaminação de ambientes e a propagação de doenças através do armazenamento adequado de resíduos e materiais. Integridade dos Produtos: Proteger medicamentos, vacinas, amostras e insumos médico-hospitais contra danos ou perda de validade. Normas da Vigilância: Cumprir as leis federais e as regras da



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

vigilância sanitária para o manuseio seguro no SUS;

LOTE 15 - Garantir o armazenamento seguro de vacinas e medicamentos, cumprir normas técnicas federais e evitar a perda de insumos termolábeis;

LOTE 16 - necessidade de garantir a esterilização segura de materiais, atender a normas sanitárias e proteger pacientes e profissionais contra infecções, Eliminar vírus, bactérias e micro-organismos em instrumentos médicos, cirúrgicos e odontológicos, Evitar infecções cruzadas e contaminações durante os atendimentos de rotina.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação deverá ser realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, observando os dispositivos legais, notadamente no Art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/2021 e Decretos Municipais Nº 020/2022, 006/2023 e 047/2023 pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 1 - ARMÁRIOS AÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ARMARIO VITRINE USO MEDICO HOSPITALAR: ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS COMO REFERÊNCIA - MATERIA-PRIMA: FUNDO E TETO EM CHAPA DE AÇO; TIPO: 02 PORTAS E 04 PRATELEIRAS; DIMENSÕES: 50CM LARGURA X 40CM PROFUNDIDADE X 150CM ALTURA.	UND	10	811,55	8.115,50
02	ARMÁRIO DE AÇO MATERIAL: aço inoxidável AISI 304, quantidade portas: 2 un. Quantidade prateleiras: 5 un, largura: 120 cm. altura: 2,00 m. características adicionais: portas de correr, base com sapatas niveladoras. Profundidade: 500 mm. acabamento superficial: escovado	UND	45	1.243,00	55.935,00
03	ARQUIVO ESCRITÓRIO material: chapa aço 26, acabamento superficial: pintura eletrostática epóxi pó , padrão acabamento: Tratamento antiferruginoso quantidade gavetas: 4 un, cor: cinza, características adicionais: travamento simultâneo, gavetas deslizantes , aplicação: pastas suspensas	UND	55	888,33	48.858,15
04	ARMÁRIO COPA/COZINHA material: aço inoxidável, tipo: de pé, acabamento superficial: escovado, quantidade portas: 6 un, quantidade prateleiras: 4 un, largura: 0,96m, profundidade: 0,40 m, altura: 1,80	UND	15	969,35	14.540,25
05	ESTANTE DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS/Profundidade: 300mm. Estante em chapa de aço laminada a frio, aberta no fundo e na lateral, com 6 (seis) prateleiras reguláveis, com chapa de no mínimo 0,75mm de espessura, dobras duplas nas laterais e triplas nas partes frontais e posteriores, com reforço tipo ômega na parte inferior das prateleiras. Colunas em chapa de aço laminada a frio de no mínimo 1,90mm de espessura, reforço em X no fundo e dois X em cada lateral, pintura eletrostática a pó na COR CINZA CRISTAL, após tratamento antiferruginoso. Capacidade de Peso: de no mínimo 85 Kg por prateleira. Dimensões mínimas de: Altura : 1980mm; Largura: 900mm	UND	80	260,67	20.853,60



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

	Profundidade: 300mm.				
	TOTAL LOTE 01				148.302,50

LOTE 2 - CADEIRAS / LONGARINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	CADEIRA DIGITADOR MATERIAL estrutura: aço, material assento: espuma injetada , material encosto: espuma injetada , material revestimento: tecido 100% poliéster , tipo base: giratória , tipo encosto: médio , apoio braço: braço em forma de "t" tratamento superficial estrutura: anti-ferruginoso e pintura eletrostática epoxi-pó , cor: preta , tipo rodízio: duplo	UND	45	344,50	15.502,50
02	CADEIRA DIGITADOR MATERIAL estrutura: aço, material assento: espuma injetada , material encosto: espuma injetada , material revestimento: tecido 100% poliéster , tipo base: giratória , tipo encosto: médio , sem braço: braço em forma de "t" tratamento superficial estrutura: anti-ferruginoso e pintura eletrostática epoxi-pó , cor: preta , tipo rodízio: duplo	UND	30	321,50	9.645,00
03	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE - BRAÇO FRONTAL –DESCRIÇÃO MINIMA: • ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; • ENCOSTO E ASSENTO, ANATÔMICOS E ESTOFADOS COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDO EM COURVIN. • BRAÇO FRONTAL, ESTOFADO COM ESPUMA E REVESTIDO EM COURVIN, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, ALTURA REGULÁVEL EM INOX, ATRAVÉS DE MANÍPULO. • PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA. • ACABAMENTO DAS SOLDAS REFORÇADAS DE FORMA QUE NÃO POSSIBILITE NENHUM TIPO DE EXPOSIÇÃO FUTURA; DIMENSÕES DO PRODUTO • MEDIDAS ASSENTO: 50 CM (C) X 45 CM (L) X 8 CM (E) • PESO SUPORTADO: ATÉ 150KG	UND	10	511,20	5.112,00
04	CADEIRA FIXA, SEM BRAÇO Especificação: Estrutura tubular de aço com parede mínima de 1,5mm (chapa 16), com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática; assento e encosto moldado anatomicamente, em espuma injetada com o mínimo de 30mm de espessura, revestida com couro sintético na cor preta, com as seguintes medidas mínimas: Encosto: 350mm de largura por 300mm de altura, assento: 450mm de largura por 400mm de profundidade, altura do assento ao chão: 450mm (máxima), 440mm (mínima). Garantia mínima de 01 ano.	UND	50	234,43	11.721,50
05	CADEIRA LONGARINA SEM BRAÇO 3 LUGARES SECRETARIA ESTOFADA PARA RECEPÇÃO Cadeira Longarina Secretaria Revestimento em Couro Ecológico estrutura com pintura eletrostática a pó e reforçada de coluna dupla 50x30 mm em aço carbono para total segurança e maior durabilidade do produto. Base para assento/encosto	UND	40		



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	secretaria. Ideal para recepção, clínica, escola, igreja, auditório, sala de espera ou para seu escritório. Espuma Injetada de alta densidade; Largura Assento: 43 cm; Profundidade Assento: 39 cm; Altura Total: 83 cm; Largura Total: 155 cm; Profundidade: 55 cm; Estrutura Aço Carbono Coluna Dupla 50 x 30 mm; Pintura Eletrostática a pó; Peso Aproximado: 18 kg; Peso recomendado: 120 kg por assento			482,82	19.312,80
06	LONGARINA 3 LUGARES: assento/ encosto, material polipropileno; número de assentos 03 lugares; Peso Suportado (Kg): 130 por assento, na cor preta.	UND	35	359,79	12.592,65
07	POLTRONA HOSPITALAR RECLINÁVEL PARA SOROTERAPIA, ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO. PINTURA ÉPOXI ATRAVES ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS EM ESPUMA NA DENSIDADE 26. REVESTIDA EM COURVIN LAVÁVEL. NA COR PRETA. RECLINAVEL MANUALMENTE EM ATÉ três POSIÇÕES, COM DESCANSO PARA PÉS. PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. APOIO PARA BRAÇO, DIMENSÕES APROXIMADAS 700MM X 1.600 X 550MM. COM CAPACIDADE PARA ATE 150 kg	UND	02	1.216,10	2.432,20
08	CADEIRA QUICK MASSAGE E SHIATSU CADEIRA QUICK MASSAGE E SHIATSU EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO COM ACABAMENTO EM COURVIN, DOBRÁVEL E PORTÁTIL. ESTRUTURA: MATERIAL: ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO SECÇÃO REDONDA OU RETANGULAR PAREDE MÍNIMA DE 1,2 MM (CHAPA #18), TOLERÂNCIA DE +/- 3%. TODA A ESTRUTURA METÁLICA DEVERÁ TER ACABAMENTO PRÉ-TRATADO ANTIFERRUGINOSO (FOSFATIZADO). O CONJUNTO DEVE TER RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 140 KILOGRAMAS.	UND	02	910,51	1.821,02
	TOTAL LOTE 2				78.139,67

LOTE 3 - MESAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	MESA DE ESCRITÓRIO , de primeira qualidade, fabricada em madeira/MDP/MDF/similar, possui no mínimo 02 gavetas com chaves, tampo em madeira/MDP/MDF/similar, com revestimento melamínico com 18 mm de espessura e dimensões mínimas de 0,75 x 1,50 x 0,60m (Alt. x Larg. x Comp.) na cor branca ou cinza, com base em aço/ferro pintado, composição simples, material de confecção em madeira/MDP/MDF/similar, produto deve conter dados do fabricante.	Und	80	416,00	33.280,00
02	MESA REUNIÃO redonda material: madeira. Tipo madeira: MDF acabamento superficial: laminado melamínico diâmetro: 1,20 m. altura: 76 cm. quantidade pés: 4 um, espessura tampo: 18 mm. características adicionais: borda PVC, material estrutura: tubo de aço, cor estrutura: branca, acabamento bordas: PVC	UND	06	379,83	2.278,98



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

03	MESA TIPO ESCRIVANINHA secretaria, 1,20x 075x 075, chapa de 18mm w3 com 03 gavetas	UND	25	566,35	14.158,75
04	MESA PARA IMPRESSORA Especificações mínimas: Altura 75 Cm; Largura 60 Cm; Profundidade 40 Cm; Estrutura em Aço Carbono e tampo em MDP	Und	20	231,97	4.639,40
	TOTAL LOTE 3				54.357,13

LOTE 4 - MATERIAL REABILITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ANDADOR ORTOPÉDICO ANDADOR ORTOPÉDICO, MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO CONSTRUTIVO DUPLA BARRA SUSTENTAÇÃO, TIPO PÉS PÉS COM PONTEIRAS POLIURETANO, ALTURA ALTURA REGULÁVEL, APLICAÇÃO ADULTO	UND	15	162,30	2.434,50
02	BANCO GIRATÓRIO EM INOX COM RODAS Banco giratório constituído de base e assento em inox. Estrutura tubular de 7/8 polegadas x 1,20MM polegadas e reforço tubular de 5/8 polegadas x 1,20mm. Assento em inox de chapa 0,75 e pés com rodízios de 3 polegadas, com rodas. Altura mínima: 0,50m e máxima: 0,70m. Diâmetro aproximado do assento 30CM.	UND	15	283,33	4.249,95
03	Biombo Triplo Hospitalar Dobrável , Cortinas Impermeáveis, com Rodízios MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO SANFONADO, MÓVEL, ALTURA CERCA DE 1,80 M, COMPRIMENTO COMPRIMENTO 1,80 APROXIMADAMENTE, ABERTO, TIPO DERODÍZIO RODÍZIOS C/ FREIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIVISÓRIAS EM PVC	Und	30	538,55	16.156,50
04	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR , ESTRUTURA CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL, GAVETAS 04GAVETAS, SENDO A 1ª COM DIVISÃO, SUPORTE SUPORTE PARA MONITOR, BASE GIRATÓRIA, RODÍZIOS COM RODÍZIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01 SUPORTE SORO E CILINDRO DE O2, ACESSÓRIOS TÁBUA DE MASSAGEM CARDÍACA, ACESSÓRIOS 01 EXTENSÃO ELÉTRICA, MÍNIMO 5 METROS E ATÉ 7 PLUGS, ACESSÓRIOS 02 TRAVA DE GAVETAS COM LACRE	UND	04	2.516,88	10.067,52
05	ESCADINHA PARA MACA DE 03 DEGRAUS - Alta resistência e durabilidade, Pintura epóxi branca, Suporta sobre a escada um peso máximo de 120kg, Impermeabilização total do produto, Resistência química a abrasão, Maior nível estético ao local, Maior segurança ao usuário. Dimensões: A 54cm, L 38cm, P 51,50cm.	UND	35	196,32	6.871,20
06	MACA HOSPITALAR ESPECIFICAÇÕES: Maca de Exame Clínico Simples Estrutura tubular em aço redondo, leito estofado revestido em courvin na cor preta ou azul, cabeceira reclinável em até 4 posições através de cremalheira, suporte para papel. Pés com ponteiras plásticas. Pintura eletrostática a pó	UND	40	548,20	21.928,00



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	epóxi. Dimensões: 1,85m comprimento x 0,55m largura x 0,80m altura. Garantia de 1 ano.				
07	CADEIRA DE RODAS RAIADA:ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS COMO REFERÊNCIA:(FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSORBILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO 06, COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO EM ALUMÍNIO COM PNEUS MACIÇOS (OU INFLÁVEIS)	UND	15	518,13	7.771,95
08	CADEIRA DE RODAS INFANTIL: Largura do assento 36 cm Profundidade 40 cm Altura do encosto 36 cm Altura do assento ao chão: 47 cm Comprimento total da cadeira: 69 cm Capacidade máxima do peso 70 kg Apoios de pés articuláveis Apoios de braço fixo	UND	15	702,00	10.530,00
09	SUPORTE PARA SORO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA ESTRUTURA PINTURA EMEPÓXI, REGULAGEM REGULAGEM DE ALTURA POR TRAVA SEMIGIRATÓRIA, RODÍZIOS COM RODÍZIOS DE 3', PÉS COM 4 PÉS EM FERRO FUNDIDO, GANCHOS 3 GANCHOS	UND	20	142,66	2.853,20
	TOTAL LOTE 04				82.862,82

LOTE 5 - FISIOTERAPIA ORTOPÉDICA (Necessário certificação ANVISA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Maca Dobrável de Madeira com Regulagem de Altura Altura Regulável / Apoio de Braços/Apoio para face, Alta durabilidade / Fácil higienização. Estrutura dos Pés: MADEIRA MACIÇA (28x28x500mm) e cabos de aço. Medidas Montada: 1,80 cm x 65 cm (C X L) Medidas com apoio de cabeça: 2,00 cm x 65 cm (C X L) Dimensões fechada: 90 cm x 65 cm x 17 cm (C X L X E) Estofado: 3 Cm D-28 Corino Capacidade de Carga Estática: 300 kg Altura Mínima 60 Cm Altura Máxima 85 Cm Peso do Produto: 16,50 Kg Peso do Produto com Embalagem: 17,00 Kg Tamanho da Embalagem 92 cm x 82 cm x 18 cm (C X L X A) Itens Inclusos: 1 maca, 1 suporte de cabeça, 2 apoios de braços, 1 manual, 1 embalagem e duas alças.	UND	04	755,92	3.023,68
02	RAMPA PARA ALONGAMENTO RAMPA PARA ALONGAMENTO Ângulo 60 graus Piso Antiderrapante Fabricada em Madeira Certificada DADOS TÉCNICOS Peso: 3 Kg Dimensões Aproximadas: Piso: 39cm Base: 43cm Altura: 22cm Largura: 25cm Angulo de Inclinação: 60° Material: Base Emborrachada Madeira MDF Revestido de TX Base Emborrachada Antiderrapante Piso Emborrachado Para Melhor Fixação No Chão	UND	15	151,80	2.277,00
	TOTAL LOTE 05				5.300,68



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

LOTE 6 - EQUIPAMENTO DE FISIOTERAPIA (Necessário certificação ANVISA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ADIPÔMETRO , OPERAÇÃO ANALÓGICO, MATERIAL METAL, RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO ATÉ 95 MM, PRESSÃO CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA TOLERÂNCIAATÉ5MM Tratamento Diferenciado: Tipo I	UND	15	175,67	2.635,05
02	Cicloergômetro mecânico Descrição: cicloergômetro portátil confeccionado em alumínio ou aço carbono com pintura eletrostática, base emborrachada nas extremidades, resistência ao movimento ajustável manualmente, pedais com tiras de borracha ou velcros para fixação das mãos ou dos pés, mostrador digital com funções de velocidade, distância e tempo	UND	20	148,67	2.973,40
03	Estadiômetro Portátil Preto/Cinza Base e Peças em ABS leve e altamente resistível Aferição: 20cm a 210 cm Graduação: 0,1 cm Peso aproximado 2,6 kg Dimensão Larg 36cm x Comp 67 x Alt 13cm Cor base: Preto Cor Medidor de Altura: Cinza Cor da Régua: Branca Estabilizador para encostar na parede proporcionando maior estabilidade à regua de medição. Garantia: 03 Anos	UND	15	207,33	3.109,95
04	FOCO CLÍNICO LED/ REFLETOR AMBULATORIAL LED : Descrição básica: Refletor parabólico, regulável e fixado em pedestal móvel para realização de exames clínicos e ginecológicos. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS I. Características gerais: 1. Foco de luz auxiliar para exames clínicos e ginecológicos; 2. Lâmpada de LED ; 3. Potência da lâmpada de Led de 5W ou superior; 4. Temperatura de Cor (Kelvin) de 5.500 a 6.500 K; 5. Haste superior flexível; 6. Pedestal com haste inferior pintada tinta epóxi; 7. Altura variável; 8. Pintura em epóxi branca; 9. Base do pedestal com no mínimo 04 rodízios giratórios de borracha com freio; 10. Alimentação elétrica: bivolt automático (127/220VAC)	UND	15	253,79	3.806,85
05	INFRAVERMELHO APARELHO RAIOS INFRAVERMELHOS, TENSÃO 110/220 V, POTÊNCIA PICO 150 W, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEDESTAL C/ RODÍZIO, HASTE REGULÁVEL E LÂMPADA	UND	10	256,30	2.563,00
06	LASER PARA FISIOTERAPIA : Tipo de laser: Infravermelho, modo de operação: pulsado ou contínuo, com identificação automática da caneta laser; Função e aplicação: equipamento laser para terapia; deve possuir 2 modos de operação:	UND	15	1.800,00	27.000,00
07	LÂMPADA INFRAVERMELHA PARA FISIOTERAPIA, TERMOTERAPIA, FOTOTERAPIA, 220W	UND	20	111,92	2.238,40
08	Kit de ventosas com 20 copos . Copos de acrílico. Acompanha uma bomba de sucção.	UND	20	262,49	5.249,80
09	OXÍMETRO DIGITAL : OXÍMETRO DE PULSO	UND	100		



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	PORTÁTIL TIPO DEDO, COMPACTO E DE ALTA PRECISÃO, PROJETADO PARA A MEDIÇÃO NÃO INVASIVA DA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE PERIFÉRICO (SpO2) E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA (PULSAÇÃO).			76,45	7.645,00
10	TERMÔMETRO CAIXA VACINA Termômetro analógico de máxima e mínima para vacina, tipo capela, base plástica, botão central automático com função zerador do marcador de máxima e mínima (filete azul); escala: 25"/+35"C; divisão: 1"C; precisão: 1"C; enchimento: Mercúrio. Ref. 52013.03.0.00 Incoterm ou similar.	UND	30	113,23	3.396,90
11	STEP -Equipamento para exercício físico. Dimensões aproximadas 30X28X10 em E.V.A. Com superfície antiderrapante.	UND	30	112,33	3.369,90
12	TENS- ESTIMULADOR TRANSCUTÂNEO: Com 02 canais sendo possível trabalhar nos seguintes modos de operação: TENS convencional, TENS VIF, TENS Burst, FES Sincronizado, FÉS Recíproco FES Sincronizado VIF, FE, Recíproco VIF, com intensidade de 120 miliam perez e frequência de 250Hz. Possui 25 protocolos pré-programados e 10 particulares. Display LCD Blue Light, resultando na fácil visualização dos parâmetros. As teclas Soft Touch suaves para facilitar a programação dos tratamentos. Acompanhada com bolsa exclusiva para transporte.	UND	15	262,33	3.934,95
13	ULTRASSON PARA FISIOTERAPIA: Deve possuir frequência de 1 e 3 MHZ com tela LCD Versátil, potência máxima de 21W e de 3W por cm² na área tratada, 24 protocolos pré-programados e possibilidade de programar 9 personalizados o modo de emissão deve ser contínua e pulsada.	UND	15	1.600,00	24.000,00
14	MACA DE RESGATE, MATERIAL POLIETILENO, TIPO PRANCHA, TAMANHO ADULTO, LARGURA CERCA DE 0,40 M, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 250 KG, COMPONENTES ATÉ 5 CINTOS DE SEGURANÇA, COMPONENTES 01 CINTO IMOBILIZADOR PARA CABEÇA	UND	06	476,08	2.856,48
15	Prancha Scoop Para Resgate Prancha coletora tipo Scoop/colher/tesoura em alumínio 6 pratos para resgate de emergência; -É feito de alumínio de alta resistência; - Acompanha 2 alças de pacientes; - Comprimento ajustável de acordo com a altura do paciente, fácil de bloquear e desbloquear; - suporta até 160 kg – Dimensões: 214x42x7 cm Peso: 7,5 kg – Produto com Registro na ANVISA. (Necessário certificação ANVISA)	UND	01	2.443,26	2.443,26
	TOTAL LOTE 06				97.222,94

LOTE 7 - BALANÇAS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Balança de Bioimpedância - Possui funções: Peso/ Gordura corporal/ Água corporal/ Massa	UND	04		



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	óssea/ Massa Muscular/ IMC. Com leitor Digital, composição: Vidro e Plástico, peso suportado: 180kg, dimensões aproximadas: 31 x 30 x 2,5 (Base x Altura x Espessura) cm. Descrição: Analisador de composição corporal. Balança utilizada para analisar a composição corporal detalhada de membros e tronco, com transferência dos resultados para o computador.			280,07	1.120,28
02	BALANÇA ELETRONICA PEDIÁTRICA 15KG CONCHA EM ABS - CONCHA EM ABSCAPACIDADE DE 15KG DIVISÃO DE 5G FAIXA DE MEDIÇÃO ANTROPOMÉTRICA NA CONCHA DE 54 CM. CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO COM MEDIDA 540 X 290 MM INJETADA EM MATERIAL ANTI-GERMES. DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA. ESTRUTURA INTERNA EM AÇO CARBONO ACABAMENTO BICROMATIZADO. PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA. FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO - BI-VOLT. FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA DA BALANÇA. HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM. PROCEDÊNCIA NACIONAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO TERRITÓRIO	UND	15	580,00	8.700,00
	TOTAL LOTE 07				9.820,28

LOTE 8 - MATERIAL DE FISIOTERAPIA (Necessário certificação ANVISA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Anel Tonificador de Pilates e Yoga simples, Magic Circle, cor cinza, tamanho 37cm	UND	20	45,70	914,00
02	BICO PARA PISTOLA DE VENTOSA - Bico Plástico Para Pistola de Ventosa Confeccionada em material plástico, 2,5x 2,5x 4cm.	UND	20	26,71	534,20
03	BOLA CRAVO CRESPA PARA PROPRIOCEPÇÃO - MEDIA - 10CM Tratamento Diferenciado: Cores variadas.	UND	40	13,30	532,00
04	BOLA CRAVO CRESPA PARA PROPRIOCEPÇÃO - MEDIA - 6 CM Tratamento Diferenciado: Cores Variadas.	UND	40	7,93	317,20
05	BOLA CRESPA CRAVO 65 CM MASSAGEM Tratamento Diferenciado: Cores Variadas	UND	20	37,67	753,40
06	BOLA PARA PILATES, MODELO BOLA SUIÇA , APLICAÇÃO CONDICIONAMENTO FÍSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIÂMETRO: 65 CM/PVC ANTIDERRAPANETEM/CARGA: 300 K G Cores Variadas	UND	20	76,82	1.536,40
07	BOLA PARA PILATES, MODELO BOLA SUIÇA , APLICAÇÃO CONDICIONAMENTO FÍSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIÂMETRO: 55 CM/PVC ANTIDERRAPANETEM/CARGA: 300 K G	UND	20	70,74	1.414,80



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	Cores Variadas				
08	BOLA PARA PILATES, MODELO BOLA SUIÇA , APLICAÇÃO CONDICIONAMENTO FÍSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIÂMETRO: 45 CM/PVC ANTIDERRAPANETEM/CARGA: 300 K G Cores Variadas	UND	20	61,63	1.232,60
09	BOSU MEIA BOLA SUIÇA MEIA BOLA BOSU COM ALÇAS - DIMENSÕES: 55 X 25CM	UND	06	265,02	1.590,12
10	Caneleira para ginástica. Pares de Caneleira (tornozeleira) de 4 kg, emborrachada, ajustável em velcro; Material: revestimento em nylon trançado; Cor: Preta; Acabamento: viés; Fechamento: velcro com abas longas; Enchimento em esferas de ferro	UND	15	45,21	678,15
11	Caneleira para ginástica. Pares de Caneleira (tornozeleira) de 2 kg, emborrachada, ajustável em velcro; Material: revestimento em nylon trançado; Cor: Preta; Acabamento: viés; Fechamento: velcro com abas longas; Enchimento em esferas de ferro	UND	15	43,21	648,15
12	Caneleira para ginástica. Pares de Caneleira (tornozeleira) de 1 kg, emborrachada, ajustável em velcro; Material: revestimento em nylon trançado; Cor: Preta; Acabamento: viés; Fechamento: velcro com abas longas; Enchimento em esferas de ferro	UND	15	37,53	562,95
13	Caneleira para ginástica. Pares de Caneleira (tornozeleira) de 5 kg, emborrachada, ajustável em velcro; Material: revestimento em nylon trançado; Cor: Preta; Acabamento: viés; Fechamento: velcro com abas longas; Enchimento em esferas de ferro	UND	15	49,53	742,95
14	COLCHONETE GINÁSTICA material: courvin comprimento: 1,80 m, largura: 0,60 m, espessura: 6 m	UND	80	75,92	6.073,60
15	Cabo para eletroterapia de duas vias ou dois canais (laranja e preto) e pinos banana nas pontas; conectado e fixado ao aparelho por um plug tipo porta serial. Cabo compatível com aparelho marca Ibramed, modelo Neurodyn	UND	15	68,25	1.023,75
16	DISCO DE EQUILIBRIO PROPRIOCEPTIVO INFLAVEL- Disco de equilíbrio flexível com bomba de ar - Material para exercícios de coordenação motora, equilíbrio e propriocepção de membros inferiores. Composto por: material vilínico PVC Flexível, não tóxico, com superfície rugosa; suporta até 100kg. Dimensão	UND	20	83,79	1.675,80
17	ELETRODO DE SILICONE 5X5 CM Eletrodo de Silicone Condutivo - 5x5cm - 4un - ASX; Material: Silicone condutivo; Dimensões: 5x5 cm (CxL); 04 unidades; Maleável; Higienizável e reutilizável; Necessário uso em conjunto com Gel Condutor; Fixável com fita adesiva ou faixa elástica; Compatível	UND	30	42,85	1.285,50



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	com cabo pino banana				
18	Faixa elástica thera band. Cor verde. Intensidade forte. Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m (CxL). Apresenta registro da Anvisa. (Necessário certificação ANVISA)	UND	10	30,09	300,90
19	Faixa elástica thera band. Cor LARANJA. Intensidade forte. Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m (CxL). Apresenta registro da Anvisa. (Necessário certificação ANVISA)	UND	10	30,32	303,20
20	Faixa elástica thera band. Cor Preta. Intensidade forte. Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m (CxL). Apresenta registro da Anvisa. (Necessário certificação ANVISA)	UND	10	30,08	300,80
21	HALTERE HALTERE, MATERIAL BORRACHA EVA, TIPO MACIÇO, FORMA TRIANGULAR, COMPRIMENTO 30 CM, PESO IMERSÃO ÁGUA 1 KG, COR VERDE, APLICAÇÃO HIDROGINÁSTICA	PAR	15	82,39	1.235,85
22	HALTERE HALTERE, MATERIAL BORRACHA EVA, TIPO MACIÇO, FORMA TRIANGULAR, COMPRIMENTO 30 CM, PESO IMERSÃO ÁGUA 2 KG, COR VERDE, APLICAÇÃO HIDROGINÁSTICA	PAR	15	82,39	1.235,85
23	KIT 04 CONES COM BARREIRA - Funcional Circuito Agilidade Objetivo: Equilíbrio e Coordenação Composição: Polipropileno resistente e leve, facilitando o transporte. Dimensões Aproximadas: Cones: 23cm; Barras: 80cm. OBS: Cores dos Cones: Verde, Vermelho, Laranja, Rosa, Amarelo. Itens Inclusos: Kit composto por 4 cones de 23cm cada coloridos e	UND	15	62,93	943,95
24	KIT COM 3 FAIXAS ELÁSTICAS TIPO HIP BAND Especificação: Kit com 03 faixas elásticas de exercício hip band. Medidas: 30x8cm, 35x8cm, 40x8cm	UND	15	56,45	846,75
25	KIT COM 3 FAIXAS ELÁSTICAS TIPO MINI BAND Especificação: Kit mini band com 3 unidades. Largura - 5 cm, com tamanhos de: 32, 37 e 42cm.	UND	15	36,20	543,00
26	Pistola de Massagem Muscular Fisioterapia Massageadora Elétrica Portátil Profissional Recarregável Bivolt Potência: 30W Velocidade Máxima: 3200 rpm. Bateria: Li-ion de 1800mAh (Tensão: 16.8V). Material: Plástico ABSresistente. Peso: Apenas 0,384 kg.	UND	20	70,68	1.413,60
27	QUADRO BRANCO QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ALUMÍNIO, COR MOLDURA NATURAL, FINALIDADE LANÇAMENTO INFORMAÇÕES, LARGURA 250 CM, COMPRIMENTO 150 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAGNÉTICO COM 2PRESILHAS PARTE SUPERIOR, TIPO FIXAÇÃO PAREDE	UND	15	365,33	5.479,95
28	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA HORIZONTAL - Régua antropométrica pediátrica; - Madeira marfim; - Escala de 100 cm graduação em milímetros numeradas a cada centímetro; - Possui marcador	UND	15	134,89	2.033,35



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	removível.				
29	ROLO POSICIONAMENTO PARA FISIOTERAPIA - 45x12 cm Especificação: Espuma D33	UND	15	74,68	1.120,20
30	ROLO POSICIONAMENTO FISIOTERAPIA - 50x15 cm Especificação: Espuma D33.	UND	15	74,68	1.120,20
31	ROLO POSICIONAMENTO FISIOTERAPIA - 50x20 cm Especificação: Espuma D33.	UND	15	79,23	1.188,45
32	ROLO POSICIONAMENTO FISIOTERAPIA - 60x15 cm Especificação: Espuma D33.	UND	15	126,33	1.894,95
33	ROLO POSICIONAMENTO FISIOTERAPIA - 60x20 cm Especificação: Espuma D33.	UND	15	157,67	2.365,05
34	RESPIRON EXERCITADOR CLASSIC Respiron Classic - Nível Médio - Exercitador Respiratório - NCS; Modelo: Classic; Esforço exigido: médio; Medidas do nível variam de 10 cmH2O até 40 cmH2O; Composição: Corpo: poliestileno cristal; Esperas, Anel e Mangueira: polietileno; Bocal: polipropileno; Anel de graduação de intensidade que varia de 0 a 3 graus; O sistema de intensidade funciona também em graus intermediário (0,5, 1,5 etc.); Dimensões: Corpo: 13,5x6,9x14,2 cm (CxLxA); Mangueira: 26,6x1,6 cm (CxL); Bocal: 3,0x1,6 cm (CxL)	UND	15	44,87	673,05
35	STEP -Equipamento para exercício físico. Dimensões aproximadas 30X28X10 em E.V.A. Com superfície antiderrapante.	UND	30	77,34	2.320,20
36	TRAVESSEIRO HOSPITALAR MATERIAL: ESPUMA. Revestimento: courvim comprimento: 57 cm, largura: 37 cm, cor: azul, altura: 10 cm	UND	60	64,98	3.898,80
	TOTAL LOTE 08				50.733,67

LOTE 9 - ELETRÔNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNT	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	CAIXA ACÚSTICA POTÊNCIA: 150 W, tamanho alto-falante: 8 pol, largura: 280 mm, altura: 400 mm, profundidade: 305 mm, características adicionais: conexões p10, RCA, p2, USB, aplicação: propagação som voltagem: bivolt	UND	04	1.749,73	6.998,92
02	CAIXA DE SOM CAIXA DE SOM PORTÁTIL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 3W RMS, COM CONEXÕES: BLUETOOTH 4.1 (SUPORTE: A2DP V1.2, AVRCP V1.5, HFP V1.5 E HSP V1.2 OU SIMILAR) E P2. ENTRADA DE CARREGAMENTO MICRO USB. RELAÇÃO SINAL/RUÍDO: = 80 DB. BATERIA: POLÍMERO DE ÍONS DE LÍTIO (MÍNIMO 3,7 V E 730 MAH) RECARREGÁVEL. PESO MÁXIMO 400G. POTÊNCIA DO TRANSMISSOR BLUETOOTH: DE 0 A 4 DBM. FREQUÊNCIA DO TRANSMISSOR BLUETOOTH: 2,402 2,480 GHZ. MODULAÇÃO DO TRANSMISSOR BLUETOOTH: GFSK/DQPSK/8DPSK. DEVE ACOMPANHAR CABO E FONTE PARA CARREGAMENTO DA BATERIA.	UND	20	142,22	2.844,40
03	MICROFONE SEM FIO, alimentação: 110/220, resposta freqüência: 50 a 15 khz,	UND	04	673,45	2.693,80



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

	tipo receptor: uhf, características adicionais: estabilidade de frequência controlada por cristal, alcance: 50 m, alimentação receptor: 12 vdc v, potência de saída: mínima 10 m				
04	PROJETOR MULTIMÍDIA - DATA SHOW - 1920X1200 XGA - 5000 ANSI LUMENS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROJETO DE TETO E MESA. SISTEMA DE PROJEÇÃO: TECNOLOGIA 3LCD, RESOLUÇÃO:1920X1200 XGA. LUMINOSIDADE: 3600 ANSI LUMENS. TAXA DE CONTRASTE: 4000:1. LÂMPADA: 210W. IMAGEM HDTV READY. TAMANHO DA IMAGEM: 30 A 300 POLEGADAS. CORREÇÃO DE TRAPÉZIO: VERTICAL: - 30º A 30º. SISTEMA DE SOM EMBUTIDO: 10W X 1 MONO. FAIXA DE ZOOM APROXIMADO:MANUAL APROX. 1.3 X.CONEXÕES: VIDEO COMPOSTO, S-VIDEO, VIDEO RGB/COMPONENTE, HDMI, USB, AUDIO ESTÉREO, CONEXÃO PARA PC, CONEXÃO PARA DVD. CONTROLE REMOTO 220 v OU BIVOLT. BOLSA DE TRANSPORTE (1), TAMPA DE LENTE, CABOS PARA CONEXÕES. TRAVA ANTI-FURTO KENSINGTON. DIMENSÕES APROXIMADAS: (LXAXP): 313X129X278mm.	UND	02	1.350,00	2.700,00
05	TRANSFORMADOR potência nominal: 1500 va tensão nominal: 220/110 V	UND	10	159,96	1.599,60
06	TELA PROJEÇÃO, TIPO TRIPÉ PROFISSIONAL, TIPO AJUSTE TELA MANUAL E RETRÁTIL, MATERIAL TECIDO, COR ACABAMENTO PRETA, TIPO FIXAÇÃO MÓVEL, COR BRANCA, ALTURA 180 CM, LARGURA 180 CM, ESPESSURA 2 MM, MATERIAL TRIPLÉ AÇO	UND	02	743,00	1.486,00
07	TELEVISOR TELA: 32 POL, voltagem: bivolt v, cor: preta, características adicionais: 4k, 2 usb, bluetooth, tipo tela: LED, acessórios: controle remoto.	UND	20	1.048,50	20.970,00
	TOTAL LOTE 09				39.292,72

LOTE 10 - ELETRODOMÉSTICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	BATEDEIRA DOMESTICA, tipo: planetária, 4.000 ml. características adicionais: 8 velocidades. 3 batedores, travas na base e alimentação, potencia: 300w voltagem: 220 v	UND	16	370,00	5.920,00
02	FOGÃO DOMÉSTICO 4 BOCAS: fogão doméstico, estrutura externa de aço inoxidável, a gás, queimadores automáticos, forno autolimpante com volume de 62 litros, única, sonoro, comum, chapa, nivelados	UND	15	1.501,67	22.525,05
03	FRIGOBAR CAPACIDADE: 116 L, tensão alimentação: 110/220 v cor: branca. Características adicionais: etiqueta eficiência energética "a	UND	02	1.381,46	2.762,92



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

04	FORNO MICROONDAS MATERIAL: aço inoxidável, capacidade:34 l, potência: 1.000 w, voltagem: 110/220	UND	15	852,30	12.784,50
05	LAVADOR DE ALTA PRESSÃO Especificação: c/ Pistola com acoplamento por encaixe; Acoplamento da mangueira anti torção; Sistema de engate rápido para troca dos bicos; Mangueira alta pressão com min. de 6 metros; peso aproximado de 16,5kg; potência mínima 1.4/1.7KW; Pressão máxima aproximada 100/120BAR; Tensão de rede 127/220 Volts; Vazão máxima aproximada da água 405/440 l/h.	UND	16	380,60	6.089,60
06	LIQUIDIFICADOR CAPACIDADE: 3 L, potência: 1.200 w, voltagem: 220 v, uso: doméstico, características adicionais: 12 velocidades	UND	20	214,34	4.286,80
07	REFRIGERADOR DOMÉSTICO capacidade: 240 l, voltagem: 110/220 v, características adicionais: com selo de certificado emitido pelo procel, 01 porta, cor: branca, tipo: vertical.	UND	16	2.241,33	35.861,28
08	Suporte de parede para tv 32 polegadas; Suporte de parede biarticulado, fixo, para TV LED de 32" na cor preta. Acompanhado dos acessórios de fixação (parafusos, arruelas e buchas).	UND	20	42,33	846,60
09	VENTILADOR TIPO: PAREDE, potência motor: 170 w, tensão alimentação: 127/220 v, características adicionais: 03 velocidades/grade de proteção removível, material: aço, diâmetro: 60 cm, cor: preta	UND	40	383,32	15.332,80
10	VENTILADOR TIPO: COLUNA, potência motor: 200 w, tensão alimentação: 110/220 v, características adicionais: oscilante, controle de velocidades, regulagem altura e material: aço, diâmetro: 60 cm, cor: preta, altura: 1,90 m.	UND	40	351,80	14.072,00
TOTAL LOTE 10					120.481,55

LOTE 11- MOBILIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ARMÁRIO ARMÁRIO, MATERIAL MDF, TIPO BAIXO, QUANTIDADE PORTAS 2 UN, TIPO PORTAS COM PUXADORES AÇO ESCOVADO E CHAVES, ACABAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO MELAMÍNICO, COR MARFIM PÉROLA, ALTURA 0,72 M, LARGURA 0,80 M, PROFUNDIDADE 0,50 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NIVELADORES DE PISO, QUANTIDADE PRATELEIRAS 1 UN, MATERIAL BASE AÇO, ESPESSURA 18 MM	UND	10	489,33	4.893,30
02	CAMA BOX SOLTEIRO + COLCHÃO + BASE TAMANHO 88X 188X30CM MOLAS POCKET COR: CINZA TECIDO: FIBRA DE BAMBU COM TRATAMENTO ULTRA FRESH (ANTIÁCARO, ANTIFUGOS E ANTIBACTÉRIA) SUPORTE DE PESO	UND	16	716,64	11.466,24



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	100KG CADA LADO, GARANTIA DE 5 ANOS				
03	ESCADA COM 06 DEGRAUS DOMESTICA, de primeira qualidade, fabricada em alumínio, com capacidade de suportar até 120 kg, degraus revestidos com tapete antiderrapante, produto deve conter dados do fabricante.	UND	15	257,72	3.865,80
04	Kit Duas Mesas De Canto Pé Palito Tripé Madeira Para Sala Dimensões do Produto Montado MESA DE APOIO Altura: 57 cm Largura: 35 cm Profundidade:35cm MESA LATERAL Altura: 47 cmLargura:35cm Profundidade: 35 cm Observações: - Estilo Retrô; - Pro duzida em MDF de 15mm;- Pé de madeira	UND	04	220,56	882,24
05	CONJUNTO DE MESA PLASTICA QUADRADA BRANCA (APROX. 70X 70CM)	UND	20	236,27	4.725,40
06	Poltrona decorativa para recepção. Especificações do produto Tecido em Suede 100% poliéster Espuma D-23 com Alta densidade Percintas Elásticas que oferecem suporte adicional Estrutura de madeira Informações Técnicas Altura: 73 cm Largura: 65 cmProfundidade: 70 cm Peso: 15 kgCapacidade de Suporte, Cor verde: O produto suporta até 120 kg Produto embalado Altura: 73 cm Largura: 66 cm Profundidade: 68 cm Peso: 15 kg	UND	06	468,67	2.812,02
07	Sofá-cama Tradicional 25 – Bege com 3 lugares. Armação de madeira com chapas de fibra e revestimento em espuma. Pés em polietileno de 1 cm. Dimensões: Lado 0,60cm, comprimento 1,80cm e altura 0,42cm. Almofadas do assento fixas e do encosto soltas. Madeira aparelhada, fixação do tecido com grampo. Revestimento em tecido. Suporta até 80 kg. Garantia de 03 meses.	UND	04	1.683,33	6.733,32
	TOTAL LOTE 11				35.378,32

LOTE 12 - EQUIPAMENTOS HOSPITALAR (Necessário certificação ANVISA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Ambu - Ressuscitador Manual (Ambú) Infantil, devendo ser autoclavável, possuindo máscara em silicone transparente, válvula paciente unidirecional com conector universal para máscara facial o que possibilita 360° de rotação;membrana interna anti-reinalação tipo bico de pato em silicone;conector universal ;válvula de segurança (pop-off) de 60cmH2O e 40 cmH2O, balão de ventilação em silicone transparente; válvula do reservatório unificada, com diafragma em silicone e duas membranas t em silicone; bolsa reservatório de O2 em PVC ou silicone, extensão de oxigênio em PVC, com 2m de comprimento com válvula de peep.	UND	10	179,67	1.796,70



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

02	AMBU REANIMADOR MANUAL PULMONAR DE SILICONE ADULTO COM RESERVATÓRIO AMBU BALÃO EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL COM MASCARA FACIAL EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL, VÁLVULA UNIDIRECIONAL AUTOCLAVÁVEL, VOLUME DO BALÃO DE 1800ML, RESERVATÓRIO DE 2700 ML COM EXTENSÃO PLÁSTICA. TEM COMO FUNÇÃO PROMOVER A VENTILAÇÃO ARTIFICIAL, ENVIANDO AR COMPRIMIDO OU AR ENRIQUECIDO COM OXIGÊNIO AO PULMÃO, É UTILIZADO NA AUSÊNCIA DE RESPIRAÇÃO NATURAL, GERALMENTE OCASIONADA POR PATOLOGIAS.	UND	10	193,97	1.939,70
03	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL - Aspirador de secreção, portátil, com fluxo de aspiração livre de aproximadamente 60 L/min. Deverá conter frasco inquebrável, autoclavável, transparente, graduado, com boca larga e capacidade mínima de reservatório de 03 litros. Tampa do frasco com vedação hermética e autoclavável. Vacuômetro de 0 a 76 cmHg e bomba isenta de óleo. Controle de vácuo de 0 a 60 cmHg. Sistema de acionamento por interruptor no painel com possibilidade de acionamento por pedal. Gabinete resistente à corrosão com rodízios e com freio. Filtro de ar. Proteção contra extravasamento ou com limitador de nível. Alimentação 220V. Garantia na mínima de 01 ano. Acessórios: mangueira de silicone com metragem mínima de 1,50 m, Manual de Manutenção, instalação e operação com o mesmo conteúdo apresentado à Anvisa. (Necessário certificação ANVISA)	UND	04	616,58	2.466,32
04	DEFIBRILADOR EXTERNO, MODELO DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO- DEA, MODO DE FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO, SEMIAUTOMÁTICO E MANUAL, FORMA DE ONDA RETILÍNEO BIFÁSICO, RECURSOS AUXÍLIO PCR C/ REGISTRO DE EVENTOS, AUTONOMIA DA BATERIA (Nº DE CHOQUES) MÍNIMO 300 CHOQUES, ALIMENTAÇÃO BATERIA RECARREGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE DADOS COM E SEM FIO	UND	03	9.475,05	28.425,15
05	MONITOR MULTIPARÂMETRO, TIPO PRÉ CONFIGURADO/MODULAR, PARÂMETROS ECG, PNI, PI, SPO2, TEMP, RESP, DC, REGISTROS MÍNIMO 8 CURVAS SIMULTÂNEAS, TIPO DE TELA TELALCD CERCA 15", ALTA RESOLUÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTIVIDADE DE REDE, COMPONENTES ALARMES, ACESSÓRIOS COMPLETO COM CABOS E SENSORES, USO DE NEONATAL A ADULTO	UND	06	7.147,00	42.882,00
06	Ventilador Pulmonar Peso do produto: 4,5kg Carro de transporte opcional	UND	04	35.633,00	142.532,00



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

	compatível com circuito de ramo duplo Alimentação de 100 a 240Vca 50/60Hz - 180VA Bateria interna 25,2Vcc - >=4,8Ah Entrada de oxigênio com pressão máxima de 50ka (7psi) a 15lpm Todos os alarmes aplicáveis com prioridade média e alta pausáveis por 60s				
	TOTAL LOTE 12				220.041,87

LOTE 13 - AR CONDICIONADO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 12.000 BTU, TENSÃO 110/220 V, TIPO SPLIT, MODELO SPLIT INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONTROLE REMOTO/DISPLAY DIGITAL/TIMER/SELO PROCEL	UND	30	3.336,65	100.099,50
2	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 9.000 BTU, TENSÃO 110/220 V, TIPO SPLIT, MODELO SPLIT INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONTROLE REMOTO/DISPLAY DIGITAL/TIMER/SELO PROCEL	UND	25	3.100,00	77.500,00
	TOTAL LOTE 13				177.599,50

LOTE 14 - MATERIAS DE ACONDICIONAMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	CAIXA TÉRMICA, MATERIAL POLIURETANO, CAPACIDADE 32 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA, TAMPA ARTICULADA, APLICAÇÃO TRANSPORTE DE VACINA	UND	30	171,90	5.157,00
02	CAIXA TÉRMICA, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE E POLIURETANO, CAPACIDADE 12 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA E TAMPA, TAMANHO CERCA DE 40 X 25 X 26 C M, APLICAÇÃO TRANSPORTE DE HEMOCOMPONENTES	UND	15	96,68	1.450,20
03	CAIXA TÉRMICA, MATERIAL POLIURETANO EXPANDIDO, DENSIDADE 35 KG/M3, CAPACIDADE 24 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA ARTICULADA/TRINCO EMBUTIDO/ALÇA DUPLA/ DREN0	UND	04	193,40	773,60
04	GELO REUTILIZÁVEL EMBALADO EM POLIETILENO RÍGIDO, COM CAPACIDADE DE 500 ML E DIMENSÕES: 17 X 9,5 X 3,5 CM	UND	30	30,12	903,60
05	GELO REUTILIZÁVEL EMBALADO EM POLIETILENO RÍGIDO, COM CAPACIDADE DE 200 ML E DIMENSÕES: 12 X 7 X 2,5 CM	UND	30	21,35	640,50
	TOTAL LOTE 14				8.924,90



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe - BA

LOTE 15 – CÂMARA CONSERVAÇÃO DE VACINA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	CÂMARA CONSERVAÇÃO CÂMARA CONSERVAÇÃO, APLICAÇÃO CONSERVAÇÃO DE VACINA, TIPO GABINETE VERTICAL, TEMPERATURA 2 A 8 °C, CAPACIDADE ARMAZENAGEM 120 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PAINEL DIGITAL EXTERNO, ALARME, PORTA COM VED, TIPO PROGRAMADO 110/220W	UND	10	9.515,00	95.150,00
TOTAL LOTE 15					95.150,00

LOTE 16 – AUTOCLAVE (Necessário certificação ANVISA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	AUTOCLAVE 21L COM CUBA EM ALUMÍNIO 220 VOLTES TIPO VÍTALE COM VÁLVULA DE SEGURANÇA NA PORTA	UND	12	4.383,33	52.599,96
TOTAL LOTE 16					52.599,96

Valor total estimado: R\$ 1.276.198,51 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos).

- Após a assinatura do contrato o Fornecedor deverá realizar as entregas em até 07 dias (sete), com a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, no local e horário indicado;
- A entrega será feita na sede do Município (Jaguaripe) na Secretaria de Saúde perímetro Urbano;

Será emitida a Autorização de Fornecimento e deverá ser entregue no prazo máximo de 07 dias (sete).

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão / Unidade:	07
Atividade	1012/1014
Elemento da Despesa:	44.90.52.00.00/33.90.30.00.00
Fonte:	500/600/631

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não é permitida a subcontratação parcial do objeto.
- 6.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

7.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

8. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação consistirão de:

I. Habilitação jurídica:

- a) Cédula de identidade e CPF do titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio(s), quando se tratar de sociedade;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição na:

- a) Fazenda Municipal (Inscrição Municipal)



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

b) Cartão CNPJ

II. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a.1) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

a.2) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual

a.3) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS- CRF;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos dos Títulos VII-A da Consolidação das Leis Trabalhistas, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

III. Qualificação Econômica- Financeira:

Certidão negativa de falência ou concordata vigente expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

IV. Qualificação Técnica:

- Atestado de capacidade técnica;
- Certificação ANVISA (para lotes específicos)

9. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

9.1. Os bens deverão ser entregues na Secretaria da Saúde, na sede do município, conforme ordem de fornecimento.

9.2. A Empresa contratada deverá ser informada da necessidade do Serviço através da emissão da Ordem de fornecimento pelo Contratante, com antecedência.

9.3. O material deverá ser entregue de acordo com a especificação contida no item 4.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Consideram-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1. Efetuar a execução em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

11.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIFE não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da Contratada, e será de inteira responsabilidade da Contratada, qualquer dano causado pela atuação da Contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

12.1. A contratante obriga-se a:

12.2. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos bens, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

12.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

12.4. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de bens executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

12.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.6. Receber os bens no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos;

12.7. Fornecer ao CONTRATADO, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes do serviço a ser prestado;

12.8. A Prefeitura de Jaguaripe/BA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da ordem de compras, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.333/2021.

13.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DA VIGENCIA DO CONTRATO

14.1 O contrato terá vigência de 12(doze) meses.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONTRATADA é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes ao objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA;

15.2. É vedada a subcontratação do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros;

15.3. O não cumprimento dos prazos de entrega dos produtos contratados, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício prévio do contraditório e da ampla defesa.

Jaguaripe-BA, 20 de maio de 2026.

AITALA EVELYN GONDIM ASSIS
Secretária Municipal de Saúde



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 586/2026

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO

Aos **** dias do mês de **** de ****, **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE**, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.166.501/0001-94, com sede administrativa na Praça da Bandeira, nº 01 - Sede - Jaguaripe – BA CEP: 44.480-000, S/Nº Casa, Centro, Jaguaripe – BA, CEP 44.480-00, por seu Prefeito Fábio Nonato Barbosa, portador CPF (MF) nº 782.215.525-34, e a Secretária Municipal de Saúde do Município de Jaguaripe, Sra Aitala Evelyn Gondim Assis, portadora CPF 015.201.945-60, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 0XX/20xx, de XX de XXX de 2023 e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 021/2026-SRP, conforme ato publicado em **/**/**** e homologada em **/**/****, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa ****, inscrita no CNPJ sob o nº ****, com sede na ****, CEP ****, no Município de ****, neste ato representada pelo(a) Sr(a). ****, através de ****, portador(a) da Cédula de Identidade nº **** e CPF nº ****, cuja proposta foi classificada em **º lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços destinadas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos, destinados às Unidades de Saúde do Município de Jaguaripe, Bahia. A iniciativa visa garantir que as 8 (oito) Unidades de Saúde da Família, e as 5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde e Academias de Saúde, a Base Decentralizada do SAMU 192 e Base dos Condutores de Ambulância, disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade à população, de acordo com as quantidades e especificações técnicas anexadas ao Termo de Referência, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dos objetos e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Item	Descrição do Objeto	Marca	Quantidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$

3 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

3.1. Os órgãos e entidades, beneficiários desta Ata, deverão solicitar, à Secretaria Municipal de Saúde, órgão gerenciador da presente Ata, e demais legislações vigentes, autorização para o fornecimento a serem atendidos, de acordo com o Edital de Licitação que faz parte integrante da presente Ata.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura da Ata e seu anexo I estará caracterizado o compromisso de prestação do serviço objeto do Pregão.

3.4. Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor terá o prazo fixado no edital para fornecer os materiais.

3.5. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.

3.6. Os materiais deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.7. O Município de Jaguaripe não está obrigado a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência, em igualdade de condições.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação de seu saldo inicial ou renovada por um período menor de que um ano, com a renovação proporcional ao novo prazo, desde que comprovado o preço vantajoso, através de pesquisa de mercado;

4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

4.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5 O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item

4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10 A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8 – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

8.1 Durante a vigência da ata de registro de preços o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que:

I- seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata de registro de preços, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II- seja demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 Lei federal nº 14.133, de 2021;

III- a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital, e

IV- haja prévia consulta e concordância do órgão gerenciador e do fornecedor ou prestador de serviços.

8.1. A adesão é restrita aos órgãos e entidades previstos no item 6.1.

8.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

8.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.4. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

8.5. O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

8.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

8.7. É vedada aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Jaguaripe-Bahia a adesão às atas de registros de preços gerenciadas por órgãos ou entidades de outro município.

8.8. É permitida, mediante ato do dirigente máximo do órgão ou entidade municipal que demonstre a necessidade e a vantagem econômica, atendidos os demais requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei federal nº 14.133, de 2021, a adesão a atas de registro de preços gerenciadas pela administração pública estadual, distrital e federal.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,
CNPJ SOB Nº 13.166.501/0001-94
Praça da Bandeira, 01 - Sede - CEP: 44.480-000
Jaguaripe – BA

fornecedor.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE JAGUARIFE

Fábio Nonato Barbosa
Prefeito Municipal

Secretária Municipal de Saúde do Município de Jaguaripe

Aitala Evelyn Gondim Assis,
Portadora CPF 015.201.945-60

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
VALIDADE DA PROPOSTA:		REPRESENTANTE LEGAL:
DADOS BANCÁRIOS:	CHAVE PIX:	E-MAIL:
OBJETO:		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM:	ESPECIFICAÇÕES:	UNID	QUANT.	VL. UNIT(R\$)	VL. TOT(R\$)
01					
02					
03					
			TOTAL		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO¹:

Declaramos que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabem quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 0xx/2026-SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) Pagamento exclusivamente por ordem bancária. A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Fornecer preço à vista com tributos, frete, mão de obra, material, ferramentas, peças, despesas com locação dos equipamentos.

¹Soma de todos os Itens para os quais participa a Proponente



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JAGUARIFE-BA E A EMPRESA xxxxxPARA AQUISIÇÃO DE xxxx.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.166.501/0001-94, com sede administrativa na Praça da Bandeira, nº 01 - Sede - Jaguaripe – BA CEP: 44.480-000, S/Nº Casa, Centro, Jaguaripe – BA, CEP 44.480-00, por seu Prefeito Fábio Nonato Barbosa, portador CPF (MF) nº 782.215.525-34, e a Secretária Municipal de Saúde do Município de Jaguaripe, Sra Aitala Evelyn Gondim Assis, portadora CPF 015.201.945-60, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta na Lei 14.133/2021 no Processo Administrativo nº 586/2026 o aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 021/2026-SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de equipamentos e materiais permanentes com durabilidade superior a dois anos, destinados às Unidades de Saúde do Município de Jaguaripe, Bahia. A iniciativa visa garantir que as 8 (oito) Unidades de Saúde da Família, e as 5 (cinco) Unidades Satélites de Saúde e Academias de Saúde, a Base Decentralizada do SAMU 192 e Base dos Condutores de Ambulância, disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade à população, de acordo com as quantidades e especificações técnicas anexadas ao Termo de Referência, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total anual estimado de R\$..... ().
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

5 Órgão / Unidade:	07
Atividade	1012/1014
Elemento da Despesa:	44.90.52.00.00/33.90.30.00.00
Fonte:	500/600/631

5.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual;

6.1.1 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRPAGAMENTO

7.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo município de Jaguaripe, em até 30 (trinta) dias, através de transferência bancária em nome da proponente ou quitação de boleto bancário, por processo legal mediante a apresentação de Nota Fiscal e certidões legais.

7.2. A contratada tem o prazo de fornecimento de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento.

7.3. A entrega deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde, situada Praça da Bandeira nº 01 Centro, CEP: 44.480-000, Jaguaripe/BA

CLÁUSULA OITÁVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 8.9. A solicitação de reajuste deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada.
- 8.10. Eventuais pedidos de recatuação ou reequilíbrio serão analisados pelo órgão fiscalizador, no prazo de 30 (trinta) dias desde que o pedido esteja devidamente instruído.
- 8.11. Pedidos de repactuação e reequilíbrio não autorizam o contratado a suspender a execução do serviço.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 9.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 9.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato em observância ao previsto no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.8. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico aqueles constantes da Nota de Empenho.
- 9.9. Executar as entregas dos produtos conforme especificações e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais de consumo, equipamentos de medição e testes, simuladores, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução deste Termo de Referência e em sua proposta.
- 9.10. Fornecer o material conforme especificações.
- 9.11. Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte e entrega do objeto fornecido, sem ônus adicional ao Município de Jaguaripe.
- 9.12. Arcar com todas as despesas de coleta, transporte e devolução dos itens fornecidos nos casos de necessidade de manutenção e/ou calibração dentro do prazo de garantia.
- 9.13. Fornecer somente peça nova e de primeiro uso originais do fabricante, conforme o código constante na especificação.
- 9.14. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital,



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

em conformidade com a Lei 14.133/2021.

9.15. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

9.16. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.17. Não transferir a outrem, por qualquer forma nem parcialmente as obrigações.

9.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.21. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.28. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Observar, quando cabível a reserva de cargos prevista em Lei e outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitados da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.9.1. A Administração terá o prazo de 03 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.13. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- 10.14. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 10.15. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.16. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.17. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.18. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

- c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv. Multa:
- 1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;
 - 2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013,



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 16.1. A garantia dos produtos exigida no Termo por no mínimo 4 (quatro) anos, a partir da data de fabricação, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem;

- 16.2. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação realizada pela Contratante..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES

- 17.1. É vedado à CONTRATADA:
- 17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Nazaré-BA, ainda que outro seja privilegiado.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Jaguaripe -BA, dede 2026

MUNICÍPIO DE JAGUARIFE

Fábio Nonato Barbosa

Prefeito Municipal

Secretária Municipal de Saúde do Município de Jaguaripe

Aitala Evelyn Gondim Assis,

Portadora CPF 015.201.945-60

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Representante legal: [nome completo]



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Declaro, para fins do disposto na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos;
() não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

ASSINATURA E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

ANEXO VI DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Declaro, para os devidos fins de direito que o proprietário, o diretor e/ou provedor do estabelecimento (profissional) a ser contratado não pertence ao quadro de servidores públicos, não ocupa cargo de chefia ou função de confiança, e não possui nenhum titular de mandato eletivo, no Município de Jaguaripe;

Declaro, para os devidos fins de direito o cumprimento de todos os requisitos de habilitação e aceito prestar os serviços, nas condições e valores definidos no edital; e que atendo a qualidade necessária à manutenção e prestação dos serviços, em conformidade com a sua especificidade, considerando seu processo de finalização e/ou adaptação técnica;

Declaro que cumpro todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório, declaramos:

Declaro, sob as penas da Lei, que a proposta foi elaborada de forma independente e que não há a superveniência de fatos impeditivos nos documentos de habilitação apresentados pela licitante, bem como declaro o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

ASSINATURA E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VII
DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório, declaramos:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº. 123/06, declaramos:



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

- () Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
- () para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, especialmente a definida no art. 155 e seguintes;
- () Declaramos ciente que só beneficiará dos privilégios da LC 123 se a soma dos contratos eventualmente firmados com a Administração Pública no ano-calendário da licitação não ultrapassar o valor máximo de enquadramento da empresa de pequeno porte.

ASSINATURA E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Seus sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) funcionário(s) da Prefeitura Municipal de Jaguaripe e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com:

- Funcionários detentores de cargo comissionado que atuem em área da Prefeitura Municipal de Jaguaripe com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente contrato;
- Funcionários detentores de cargo comissionado que atuem na área demandante da contratação/licitação;
- Funcionários detentores de cargo comissionado que atuem na área que realiza o credenciamento/licitação/contratação;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Jaguaripe
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49

Localidade, _____ de _____ de _____

.....

Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)"

Nome/RG/CPF